

Ano X	Volume X	Nº 20	Janeiro/Junho 2014	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
-------	----------	-------	--------------------	----------------	----------------

O Manual de Campanha de Estratégia do Exército Brasileiro, o Sistema Moderno e os Cenários de aplicação: aproximação conceitual e distanciamento tático

Tamiris P. Santos¹

Resumo

O objetivo do presente artigo é prover um breve diagnóstico acerca do Manual de Campanha de Estratégia do Exército Brasileiro, através de algumas reflexões sobre conceito e aplicação de estratégia dentro do contexto do Sistema Moderno apregoadado por Biddle (2006), bem como o desenvolvimento desta em relação ao Sistema Internacional, ao contexto geopolítico brasileiro e à possibilidade de cenário de emprego. Neste sentido, o artigo se estrutura em cinco partes: breve introdução, apresentação da estrutura do Manual de Campanha de Estratégia, aproximações com o Sistema Moderno, cenário geopolítico e cenário de emprego e, por fim, breves considerações finais acerca destas discussões.

Palavras-chave: Estratégia, Tática, Sistema Moderno.

Abstract

The aim of the current essay is to promote a brief diagnosis about the *Strategy Campaign Manual from Brazilian Army* through some reflections upon strategy as concept and application inside the Modern System context as presented by Biddle (2006), as well as the development of it in relation to the International System, Brazilian geopolitical context and the employment scenario possibility. In this sense, the essay is structured in five parts: brief introduction, presentation of the Strategy Campaign Manual, approaches with the Modern System, the geopolitical scenario and the force employment scenario and, by the end, brief and final considerations about these discussions.

Keywords: Strategy, Tactics, Modern System.

¹ Doutoranda em Estudos Estratégicos Internacionais na UFRGS. Mestre em Ciências para a Integração da América Latina pelo Prolam/USP. Recebido em 01/12/2013. Aprovado para publicação em 13/01/2014.

Ano X	Volume X	Nº 20	Janeiro/Junho 2014	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
-------	----------	-------	--------------------	----------------	----------------

Uma breve introdução: política, estratégia e algumas constatações

Haja vista as dimensões continentais do Estado brasileiro, a demanda por defesa da integridade e da soberania torna-se além de uma questão basilar, já por diversas vezes preconizada pela teoria, uma questão bastante sensível, pois sua aplicação se vê dificultada seja no âmbito estrutural, compreendendo variáveis materiais e não materiais, seja no âmbito organizacional, dados os desafios na conjunção das três forças em termos de comando, tática conjunta, bem como observação verossímil do cenário de emprego. Logo, as questões que permeiam o âmbito das justificativas para fundamentar a aplicabilidade desta instituição de “braço forte e mão amiga” não são escassas. Entretanto, a questão para a qual se pretende dirigir reflexões a seguir são relativas à Doutrina do exército, especificamente contemplando diretamente a estratégia, arte cujo domínio é fundamental para a concretização de objetivos, sejam estes políticos ou não.

A Doutrina do Exército Brasileiro, contemplando diversos cenários e aspectos específicos em seus manuais de campanha, tem por objetivo constituir um programa atendesse “as necessidades de defesa e que servisse de base para os desdobramentos dos problemas a resolver” (C.DOUT.EX, 2012, p.1). Neste processo, os reflexos do desvio da posição defensiva, calcada na dissuasão, para uma postura de projeção de poder, ou ofensiva, análoga à posição norte-americana (C.DOUT.EX, 2012) puderam ser observados, conduzindo a Doutrina Brasileira a uma espécie de mimetismo pouco criterioso tendo em vista a conjuntura geopolítica brasileira e as perspectivas de cenário de emprego, questões a serem discutidas posteriormente. Entretanto, tais considerações se relacionam de forma bastante visível no Manual de Campanha de Estratégia, mesclando ora preocupação analítica conceitual, ora alguns pareceres práticos pontuais, caracterizando quase uma “introdução” ao sistema político brasileiro em detrimento de outros aspectos.

No Manual de Campanha do Exército Brasileiro de Estratégia, o conceito de estratégia seria “a arte de preparar e aplicar poder para, superando óbices de toda ordem, alcançar os objetivos fixados pela política” (BRASIL, 2001, p.10). Em outras palavras, a estratégia corresponde ao instrumento de planejamento e execução, ao elo entre a política e os objetivos por esta fixados.

Ano X	Volume X	Nº 20	Janeiro/Junho 2014	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
-------	----------	-------	--------------------	----------------	----------------

Neste sentido, admite-se uma subordinação entre o estrato da estratégia ao estrato da política. Entrementes, algo que há que se ressaltar é a falta de nitidez na separação entre política e estratégia em nível de aplicação, visto que a figura do estrategista tem um pouco de estadista enquanto planeja a aplicação do poder, e a figura do estadista, por sua vez, tem um pouco de estrategista ao traçar diretrizes gerais e metas. Apesar da hierarquia entre ditos estratos ser assumida como questão dada, a confluência destes é, ademais de algo observável, algo demandado em termos de efetividade, visto que o emprego da força derivado da ação estratégica possui objetivos e consequências políticas e vice-versa.

Antecipando algumas discussões a serem mais bem desenvolvidas posteriormente, o emprego da força - este regido pela estratégia - consiste em uma importante determinante da capacidade (militar) em termos de aproximação ao Sistema Moderno (BIDDLE, 2006), porém o sustentáculo no âmbito de causas e consequências perpassa pela componente política. Logo, rememorando a máxima de Clausewitz (2006) em que “guerra seria a continuação da política por outros meios”, pode-se compreender que a estratégia seria a arma em punho, pronta para ser utilizada em cenário de crise ou conflito.

Outra constatação apontada no Manual de Campanha (BRASIL, 2002) é a ampliação e popularização do conceito de estratégia, atribuindo-o algumas terminologias auxiliares para fins de classificação. O que é possível inferir desta observação é que a aplicação conceitual do termo estratégia varia conforme o ambiente de aplicação, ganhando diferentes matizes e, portanto tais terminologias extras. Logo, diferentes estratégias, fins e consequências políticas diferentes. Estratégia nacional, de governo, de desenvolvimento e defesa tendem mais ou menos a instrumentalizar o poder a fim de que determinados objetivos sejam atingidos, o que variam são os meios para a viabilização do objetivo e os impactos e custos para tanto. Um dos fatores variáveis mais preponderantes neste sentido seria a existência de tipos diferentes de conflitos, variando a forma de emprego da estratégia como mecanismo de solução de controvérsias. Esta é provavelmente, em conjunto com a estratégia operacional, a modalidade que possui maior atenção dispensada no Manual.

Considerações tecidas, tendo por norte a aplicação do referido conceito como o planejamento de ações para se atingir determinadas metas, a disposição de todo um arranjo a fim de satisfazer os propósitos da guerra (CLAUSEWITZ, 2006) (estratégia operacional militar), ou

Ano X	Volume X	Nº 20	Janeiro/Junho 2014	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
-------	----------	-------	--------------------	----------------	----------------

ainda, um emprego calculado da força e do aparato estatal com finalidade política (CRAIG; GILBERT,1986), pretende-se estruturar uma análise comparativa de como a referida componente se desdobra em termos conceituais e práticos no Manual de Campanha Brasileiro em conjunto com algumas considerações em aproximação à análise tática e geopolítica ante à realidade na qual o Estado brasileiro se insere.Por fim, algumas reflexões acerca de pontos positivos e pontos a serem superados que emergiram a partir da análise do referido manual, mas que estão longe de serem encerradas somente com as breves demarcações do presente artigo.

Manual de Campanha: Estratégia e seus desdobramentos

O Manual de Campanha do Exército Brasileiro que contempla a Estratégia consiste em um documento que reflete tanto os esforços conceituais na contemporização desta componente na esfera política e militar, quanto certas deficiências que demandam reflexões e esforços analíticos para que a superação esteja devidamente demarcada em horizonte próximo e possível.

No tangente à organização do Manual, observa-se uma estruturação com denotada preocupação conceitual, estabelecendo nas preliminares de cada um dos sete capítulos um esforço explicativo antes do processo de breve contextualização. Basicamente, os sete assuntos tratados são estratégia, conceitos básicos e adjacências, estratégia militar, manobra de crise, planejamento militar de guerra, planejamento do preparo e emprego da força terrestre e estratégia operacional terrestre.

Agregando itens às considerações tecidas anteriormente, questão relevante à qual não ocupou mais do que poucas linhas foi a demarcação do conceito de área estratégica, o qual consiste no lócus do desdobramento das ações que possuem tal caráter. Quanto à demarcação conceitual básica, incluindo diferenciações entre Estratégia Nacional, Estratégia de Governo e tipologias de conflito, a demarcação dos tipos de ameaças, estratégias a serem adotadas e graus de aproximação entre coerção, dissuasão, persuasão e seus mecanismos constituiu em um apreciável esforço de síntese e informação. O ápice de aproximação com questões de tática se

Ano X	Volume X	Nº 20	Janeiro/Junho 2014	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
-------	----------	-------	--------------------	----------------	----------------

deu no capítulo destinado à Estratégia Militar e à Estratégia Operacional Terrestre, onde aparentemente, as disposições ganhariam vigor mais analítico. No entanto, apesar da inclusão de alguns elementos, a estrutura destes capítulos, bem como dos demais capítulos do Manual é eminentemente conceitual-explicativa, apoiada em material pictórico bem empregado a despeito da carência já apontada.

Em suma, uma cuidada tipificação em termos de conceitos-chave e demais adjacências aos desdobramentos da estratégia são pontos destacáveis em relação a como o referido manual de campanha foi estruturado. Também é possível observar um zelo conceitual quanto às diversas modalidades em que a guerra pode se desdobrar, assim como todo um processo semelhante ao discorrer acerca de estratégia de segurança especificamente. Apesar deste rigor conceitual e preocupação em contemporizar o leitor em relação ao emprego dos conceitos-chave, existe uma carência analítica que não deve passar sem a devida consideração. Em relação ao Manual de Estratégia das Forças Armadas dos EUA, documento este datado de 2005 (aproximadamente 4 anos mais novo que o Manual brasileiro), a principal diferença habita justamente neste âmbito. Os esforços conceituais registrados, descolados de análise, terminam por replicar a estrutura de subdivisão entre as instâncias política, civil e militar em termos de aplicação.

Em outros termos, a referida problemática consiste em um reflexo de uma das facetas da realidade brasileira, donde a esfera política, composta por civis, não cria laços com a esfera militar e a esfera acadêmica, sendo que cada esfera cria produtos encerrados a seus respectivos círculos, esvaziando a compreensão de processo como um todo e fazendo perdurar as noções amputadas, em que se tem conhecimento da existência de determinadas estruturas, mas não de suas aplicações por exemplo. Mesmo os EUA não pertencendo ao mesmo contexto internacional e geopolítico ao qual o Estado Brasileiro se encontra – dado que, no primeiro, há uma confluência, questão de segurança nacional e defesa terminam amalgamadas, sendo subdivididas em *national strategy* (estratégia nacional) e o conceito de *grand strategy*² - uma relação quase invasiva da academia norte-americana pode ser observada na esfera política, a qual desenvolve denotado cuidado direcionado à área militar tanto em instância específica,

²ALLISON, Graham. BLACKWILL, Robert. *America's National Interest*, 2000.

Ano X	Volume X	Nº 20	Janeiro/Junho 2014	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
-------	----------	-------	--------------------	----------------	----------------

como o Departamento de Defesa (*Department of Defense* – DoD) quanto de forma interagencial, haja vista à incorporação desta metodologia. Nesta órbita, o resultado foi o de um documento³ que, ademais de incorporar o elemento humano como parte fundamental para a consecução da estratégia em suas mais diversas modalidades, observa-se o esforço de equilibrar rigor conceitual com expressão analítica e a algumas atualizações.

O fato de termos experiências mais recentes no âmbito da defesa, como a institucionalização do Ministério da Defesa, elaboração do Livro Branco, entre outros, aliado a outro contexto geopolítico - a ser discutido mais adiante - induz a uma espécie de letargia, removendo a integração que a análise conduzida pelas esferas supracitadas seria capaz de promover e as ganas por seguir com o processo de tentativa e erro, ajustes e avanços. Retornando à luz das considerações do Manual de Campanha brasileiro, é provável que estes cenários se traduzam além das carências supramencionadas, na incipiência do procedimento de análise mensurando a capacidade militar no âmbito da tática e da aplicação, removendo a estratégia brasileira do âmbito do Sistema Moderno nos termos de Biddle (2006). Ou seja, não está delineada de uma forma clara a perspectiva de emprego tático de tais estratégias apesar de todo o esforço conceitual despendido. É justamente este ponto que norteará as discussões que se seguem.

Discussões sobre o Sistema Moderno

A fim de trazer os enfoques para a divergência entre a proposta de estratégia do Manual e o Sistema Moderno, se faz necessário compreender, sobretudo, no que se constitui tal conceito. Conforme Biddle (2006), o Sistema Moderno consiste em uma sistemática de emprego de força variável, com a prerrogativa da assertividade, calcada nos seguintes princípios de estabelecimento: a) revisão de profundas mudanças tecnológicas ocorridas no fim do século XIX que transformaram a guerra e definiram a questão do poder de fogo como central para as operações e táticas subsequentes b) as respostas militares do Ocidente para este problema na Primeira Guerra e como estas respostas revelam a evolução convergente em um corpo de

³UNITED STATES OF AMERICA, Headquarters Department of the Army. *The Army – Our Army at War Relevant and Ready Today and Tomorrow*, 2005.

Ano X	Volume X	Nº 20	Janeiro/Junho 2014	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
-------	----------	-------	--------------------	----------------	----------------

técnicas similar, o sistema moderno de emprego da força. c) explicação de como e porque o sistema moderno funcionou e como este possibilitou as forças armadas a funcionarem perante o potencial de aniquilação do poder de fogo; d) as dificuldades organizacionais e políticas em se implementar o sistema moderno e como isso preveniu muitos Estados de o adotarem, dado o aumento da variação no emprego da força atual (BIDDLE, 2006). Em suma, trata-se de uma estratégia organizacional tática em que se visa menor exposição e maior assertividade no emprego da força. Neste sentido, há que se considerar cenário de emprego inscrito em cenário geopolítico e este, inscrito no cenário internacional (posição do Estado no Sistema Internacional); o Sistema Moderno, por sua vez, consistiria em um vetor que transpassa a todos os cenários, dado que conforme o autor, este é passível de aplicação em maior ou menor grau pelos Estados, remontando à interação das variáveis materiais e não-materiais que produzem resultados diferentes nas batalhas⁴ (Vide Figura 1).

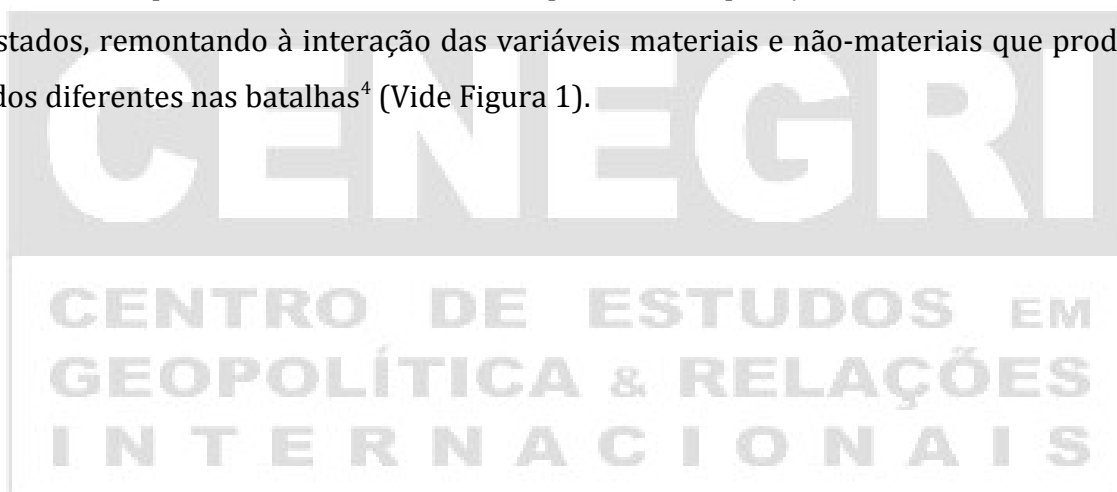
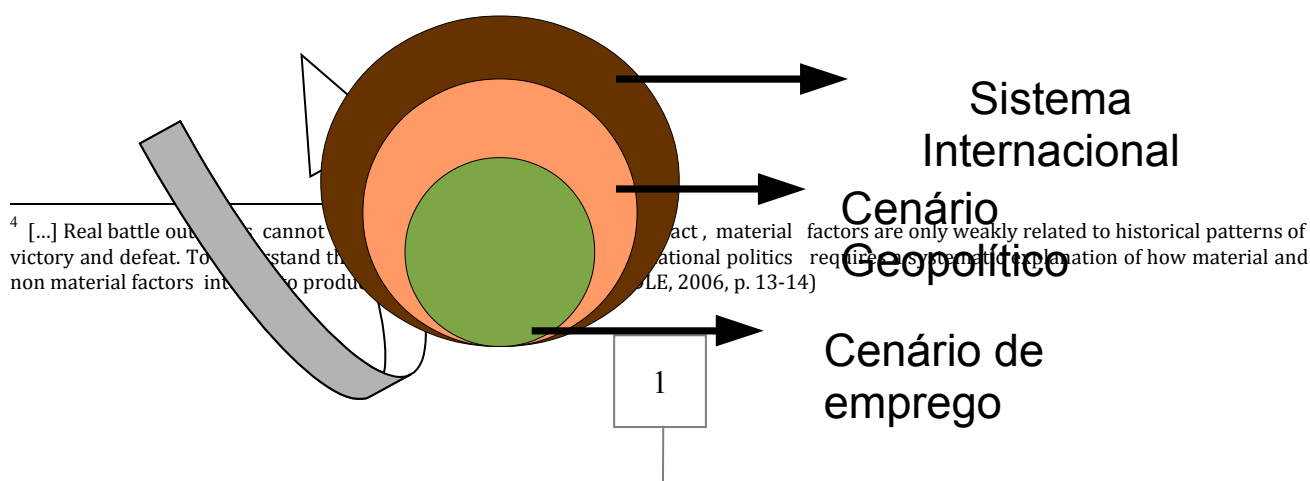


Figura 1 – Cenário de Desenvolvimento da Estratégia e o Sistema Moderno



⁴ [...] Real battle outcomes cannot be explained by material factors alone. In fact, material factors are only weakly related to historical patterns of victory and defeat. To understand the dynamics of international politics requires a more comprehensive explanation of how material and non material factors interact to produce outcomes (BIDDLE, 2006, p. 13-14)

Ano X	Volume X	Nº 20	Janeiro/Junho 2014	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
-------	----------	-------	--------------------	----------------	----------------

Sistema Moderno

Autora, 2013. Com base em informações expressas no artigo e extraídas de Biddle, Stephen D. 2006. *Military Power: Explaining Victory and Defeat in Modern Battle*. Princeton, N.J.; Oxford: Princeton University Press.

Ambientada a questão do conceito de Sistema Moderno, convém retornar à origem desta discussão: a falta de perspectiva de aplicação tática da capacidade militar delineada nas considerações estratégicas do Manual de Campanha. Tendo-se em mente a questão das variáveis materiais e não materiais, pode-se assumir que a estratégia e a tática são componentes que se encaixam nesta segunda classe de fatores contribuintes para os resultados de um enfrentamento passível de ser sistematizado conforme as acepções de Biddle (2006). Neste sentido, o primeiro flanco aberto para problematizações do Manual surge à luz de algumas observações contextuais acerca do Sistema Internacional (SI):

[...] Ao efetuar uma análise do sistema internacional contemporâneo, segundo o enfoque sistêmico, pode-se chegar a algumas de suas características:

- (1) heterogeneidade dos países e complexidade no relacionamento;
- (2) grande potencial destruidor dos que possuem armas nucleares e modernos sistemas de lançamento;
- (3) existência de um sistema internacional difuso, onde se destacam, entre os países desenvolvidos, uma potência mundial e várias potências regionais;
- (4) diferenças, entre as nações desenvolvidas e as demais, cada vez mais acentuadas, onde a ciência e a tecnologia assumem papéis ainda mais importantes, para o desenvolvimento e para a segurança das nações;
- (5) tendências supranacionais em algumas regiões;
- (6) crescente vulnerabilidade dos estados a interferências externas;
- (7) crescente importância de atores que não representam estados, tais como organizações internacionais, organizações não governamentais, empresas multinacionais e grupos de interesse, cujas influências

Ano X	Volume X	Nº 20	Janeiro/Junho 2014	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
-------	----------	-------	--------------------	----------------	----------------

ultrapassam as fronteiras nacionais;
(8) elevado grau de interdependência entre todos os atores.
(BRASIL, 2001, p.7-8)

Assume-se a heterogeneidade do SI, sua divisão, institucionalidade plural e diferenças na distribuição de capacidades, a tendência a vulnerabilidades externas, entre outros, demonstrando parâmetros que pendulam entre preconizações do realismo estrutural de Waltz (1979) e a interdependência complexa preconizada por Keohane e Nye (2011). Entretanto, apesar do grande potencial destruidor representado pelas armas nucleares e a assimetria em tecnologia e desenvolvimento os quais são componentes do pano de fundo que as originou, tecnologia e desenvolvimento não consistem em componentes determinantes para o alinhamento estratégico com o Sistema Moderno, visto que ambas variáveis se inserem unicamente no âmbito material.

A intenção a este ponto não é refutar a importância da componente tecnológica - advinda de um cenário de desenvolvimento - como potencial catalisador de avanços nos armamentos e na promoção de segurança. Contudo, analisando o excerto mencionado anteriormente, tem-se a impressão de um ligeiro esvaziamento de fatores não materiais - não se limitando à diplomacia, negociação e mecanismos de coerção política - e uma consequente atribuição à tecnologia uma responsabilidade que não pode ser endossada apenas por este fator. As experiências de tentativa e erro ao longo das Guerras Mundiais cumpriram fundamental papel para a reformulação estratégica e de emprego da força, e esta evolução ocorre de forma menos tecnológica e mais próxima à esfera humana, a qual foi escamoteada do referido manual de campanha, tendo lugar apenas nos subentendimentos. Este é mais um ponto em que o Manual norte-americano traz contribuições a serem incorporadas. O excerto a seguir trata-se de uma das epígrafes que, em especial, ilustra de forma sintética o pensamento de integração carente não apenas na instância da formulação estratégica do Estado brasileiro, mas em seu âmago:

Battles are won by the infantry, the armor, the artillery, and air teams, by soldiers living in the rains and huddling in the snow. But wars are won by the great strength of a nation—the soldier and the civilian working together. General of the Army Omar N. Bradley (UNITED STATES OF

Ano X	Volume X	Nº 20	Janeiro/Junho 2014	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
-------	----------	-------	--------------------	----------------	----------------

AMERICA, 2012, p. 36)⁵

Outro ponto, agregando novamente a questão tecnológica, seria a persistência de diversas variáveis independentes da tecnologia, também rememoradas por English e Gudmundsson (1994, p. 274) ao contemplar a infantaria como parte atemporal das Forças Armadas:

(...) Whatever weapon dominates the battlefield, there will always be times when and places where vehicles cannot travel, shells and missiles cannot reach, and electronic sensors cannot sense. There will, moreover, always be men who, for reasons of poverty or strategy, prefer to fight their battles at the retail rather than the wholesale level. For this reason, there will always be a place for first-class infantry⁶.

Excertos que “redimem” a acepção tecnológica das críticas tecidas até o momento foram discorridos a partir da apresentação do conceito e do desenvolvimento da estratégia de segurança nacional no Manual de campanha, admitindo que a composição de diversas variáveis seja observável no estudo histórico da guerra e seus desdobramentos. A partir deste movimento, e de explicitações da finalidade de cada desdobramento estratégico possível enquanto conseqüências do planejamento de guerra e planejamento de preparo e emprego da força terrestre (BRASIL, 2001), é possível identificar uma espécie de redenção da tendência supremacia tecnológica, exprimindo em parte o papel de questões não materiais como estratégias e táticas inovadoras ao adversário.

Nestes termos, convém realçar que toda a evolução tecnológica possível não é capaz de determinar a capacidade de defesa e de ataque do Estado *per se* (BIDDLE, 2006). Isto anularia a necessidade de estratégia e de diferentes táticas para o emprego da força, questão por vezes anuviada em meio à defesa incondicional da evolução tecnológica e da preponderância numérica em detrimento de uma compreensão maior do conceito de diferença de capacidades inaugurado por Waltz (1979), o qual tão pouco não se restringe apenas ao escopo militar. Logo, pode-se depreender que: 1) a tecnologia constitui um elemento relacional e não causal

⁵ Tradução Livre: *Batalhas são vencidas pela infantaria, pelo armamento, pela artilharia e pelas equipes aéreas, pelos soldados vivendo nas chuvas e se amontoando na neve. Mas guerras são vencidas pela grande força da Nação – o soldado e o civil trabalhando juntos.*

⁶ Tradução Livre: *Seja qual for a arma que dominar o campo de batalha, sempre haverá tempos e lugares em que os veículos não podem viajar, projéteis e mísseis não podem atingir e sensores eletrônicos não podem detectar. Haverá, além disso, sempre homens que, por razões de pobreza ou estratégia, preferem lutar suas batalhas aos poucos a indiscriminadamente. Por esta razão, sempre haverá um lugar para a infantaria de primeira-classe.*

Ano X	Volume X	Nº 20	Janeiro/Junho 2014	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
-------	----------	-------	--------------------	----------------	----------------

enquanto componente isolada; 2) a observação do SI, mesmo que intermediada por mais de uma referência teórico-analítica, ainda não se faz suficiente para que sejam compreendidas as diferenças de distribuição de capacidade sem uma compreensão prévia de que implicações este conceito traz.

Na tentativa de costurar esta “ponta solta”, considerando-se a capacidade por capacidade militar, remete-se tanto aos termos materiais quanto aos não materiais, visto que a capacidade de concretizar a defesa de interesses colocando em voga determinada estratégia que demarca determinadas ações táticas também são questões inscritas naquele conceito. Caso adote-se especificamente a capacidade militar ofensiva como a capacidade de destruir a maior força defensiva possível na maior porção territorial possível pelo menor número de baixas no menor tempo e, capacidade militar defensiva é a habilidade de preservar a maior força defensiva sobre a maior porção territorial impingindo o maior número de baixas pelo maior tempo (BIDDLE, 2006), uma das variáveis que vai permitir o sucesso do emprego moderno, além da capacidade relacionada ao emprego de força, é a estratégia empregada para viabilizar todo este processo no nível tático. Logo, pode-se depreender que estratégia e tática também são variáveis para se mensurar a convergência ao Sistema Moderno e se desenvolvem também no SI, demonstrando novamente a importância da contemplação dos dois elementos tanto em análises, quanto no Manual de campanha.

Cenário Geopolítico e Cenário de Emprego

Quanto ao desenvolvimento da estratégia e da tática no âmbito do entorno geopolítico brasileiro, as descrições e prescrições observadas no Manual de Campanha são critérios e ações relativas à manobra de crise, planejamentos específicos para guerra no âmbito militar e no âmbito do emprego da força terrestre e, em conjunto com este último plano, a estratégia operacional terrestre. No caso da manobra de crise, a qual consiste em uma reação à intenção ou ações que visem à perturbação das relações nacionais ou internacionais (BRASIL, 2001), são observadas as etapas de observação das vulnerabilidades, intenções do oponente, realização do planejamento e condução da crise e o tático. Um maior detalhamento é apenas fornecido

Ano X	Volume X	Nº 20	Janeiro/Junho 2014	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
-------	----------	-------	--------------------	----------------	----------------

acerca do desenvolvimento de determinadas ações de cunho burocrático no nível político, enquanto persiste um vazio informacional das demais instâncias, reforçando a característica previamente “diagnosticada” em meio aos esforços conceituais do Manual de Campanha: a ausência da tática e do emprego da força no âmbito de como estas componentes são desenvolvidas.

Dentre as demais partes mencionadas do Manual, um esboço na tentativa de sanar esta denotada carência surgiu de forma breve no âmbito conceitual do Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX) e em considerações acerca da condução de manobras estratégicas operacionais terrestres, nas quais se denotou maior esforço de enquadramento das variáveis: emprego de força, influência do terreno, comando e táticas a serem concebidas. Ademais, convém registrar o esforço destacável para a enumeração de variáveis a serem consideradas no estudo de área estratégica e terreno. Logo, existe a consciência da importância das variáveis, o que resta é o amálgama entre elas. Esta falta de amálgama no plano de concretizações também pode ser visualizada no âmbito de considerações do cenário geopolítico brasileiro, donde a estratégia também encontrou fôlego para discussões e desenvolvimento, mas se esvaiu na canalização para outras esferas.

Conforme Couto e Silva (1981, p.3), a Geopolítica é “sobretudo uma arte – arte que se filia à Política e, em particular, à Estratégia ou Política de Segurança Nacional, buscando orientá-las à luz da geografia dos espaços politicamente organizados e diferenciados pelo homem”. Trata-se também de expandir a compreensão do espaço estatal para além do substrato físico e compreender as dinâmicas empreendidas dentro do espaço político. Tal compreensão, a enumeração de potenciais ameaças territoriais e o reconhecimento do potencial brasileiro é algo que se fez presente na mente de outros pensadores da geopolítica brasileira como, Backheuser⁷, Travassos⁸ e Meira Mattos (2002, p. 106), o qual inferiu que a missão das novas gerações é “Vitalizar o potencial humano e geográfico do país a fim de construir uma das nações mais prósperas e respeitadas do mundo”. Logo, a formulação de estratégias se relaciona com a geopolítica e, por extensão, a compreensão dos substratos político e físico do espaço; a formulação da estratégia brasileira, conforme tal raciocínio, não pode prescindir da compreensão do espaço de atuação política e das dimensões territoriais do Estado brasileiro; o

⁷ BACKHEUSER, Everardo. *A Geopolítica Geral e do Brasil*, 1952.

⁸ TRAVASSOS, Mário. *Projeção Continental do Brasil*, 1935.

Ano X	Volume X	Nº 20	Janeiro/Junho 2014	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
-------	----------	-------	--------------------	----------------	----------------

amálgama da formulação estratégica perpassa pela compreensão do cenário internacional, do cenário doméstico do emprego de força e, no entremeio, se encontra o cenário geopolítico.

Em um cenário permeado por uma ordem kantiana regional⁹, no qual o Estado Brasileiro desponta com relativo protagonismo, torna-se menos visível no horizonte o cenário de emprego de estratégias de defesa no âmbito clássico, ou seja, uso da força e de todo o aparato relacionado à capacidade militar, dando abertura a questionamentos acerca de qual seria o papel preenchido pela instituição militar (FLORES, 2004), constituindo uma veleidade patrocinada pelo duradouro período de paz no entorno regional. Entretanto, apesar do cenário favorável ao estabelecimento de idealismos, a manutenção da capacidade dissuasória é questão inegociável e apesar da consciência da demanda e da importância estratégica e política do zelo por este cenário, a falta de integração com outras instâncias acaba gerando a antagônica tendência de se ter noções acerca de estruturas existentes, sem enxergar os contornos e as aplicações práticas. Neste sentido, pode-se inferir que o Manual de campanha cumpre um determinado esforço em destacar possibilidades de diferentes cenários, tanto políticos quanto de enfrentamentos, estabelecendo parâmetros de resposta estratégica. A questão que permanece em aberto para discussão, apesar de não ser algo contemplado como objetivo do referido documento seria mensurar o nível de adequação de tais respostas, alinhando-as de contexto geopolítico ao de conjuntura política. Isto demandaria, ademais de um esforço de análise à parte, atualizações do documento e metodologia apropriada e própria, questão a qual também se pode observar carestia.

De fato, conforme alerta Flores (2004), hipóteses de enfrentamentos tradicionais consistem em um contorno pouco verossímil, entretanto a prontidão estratégica deve existir, tanto para fins de adequação ao contexto geopolítico em que o Estado brasileiro se insere, quanto para zelo da soberania e da integridade deste. Entretanto, se fazem necessárias reformulações, no âmbito de confeccionar uma estratégia que se ajuste à realidade brasileira sem necessidade da mimética desproporcional de outros modelos. E antes de partir para este passo importante, porém largo, o despertar de uma consciência diferenciada acerca da seara estratégica, no âmbito da defesa, se faz necessário.

Proença Júnior e Duarte (2007) demonstraram, em fundamentação aos Estudos Estratégicos,

⁹ FLORES, 2004. In: Pinto et al. 2004. *Reflexões sobre Defesa e Segurança: Uma Estratégia para o Brasil*.

Ano X	Volume X	Nº 20	Janeiro/Junho 2014	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
-------	----------	-------	--------------------	----------------	----------------

que segundo o modelo americano, não há impedimentos para que os civis participem ativamente das discussões de defesa, tomando os assuntos militares para si também, zelando pelo princípio democrático. A artificialidade da separação entre civis e militares, ademais de certo estado de anestesia ante o contexto de paz regional são questões que anuviam o horizonte do estabelecimento de reflexões estratégicas de cunho próprio de forma integrada e multidisciplinar, isto é, contemplando a esfera social, política e militar, aproximando o Estado brasileiro do modelo apregoado como Sistema Moderno em questão de agregar devido valor a uma das mais importantes variáveis não materiais que se apresentarão em todos os cenários em que a estratégia se desdobra: o elemento humano.

Considerações Finais

O presente artigo visou discutir alguns dos principais elementos dispostos no Manual de Campanha do Exército Brasileiro de Estratégia a fim de fornecer argumentações analíticas em torno da aproximação do disposto no Manual com o Sistema Moderno segundo Biddle (2006) e de considerações ante as esferas de emprego da força, geopolítica e SI.

Apesar da sistematização de Biddle (2006) possuir o desvio de presumir a universalidade de disponibilidade e acesso ao Sistema Moderno - que consiste em uma premissa equivocada haja vista à ausência de experiências de tentativa e erro de mesma dimensão entre os diversos Estados a fim de assimilar toda a sistemática inferida pelo autor - esta estrutura de parâmetros constituiu em uma ferramenta útil para mensurar aspectos presentes e ausentes no manual de campanha, em especial a questão de rigor conceitual presente em detrimento da discussão com maior teor tático. Seguir as discussões dentro deste parâmetro também foi de valia para o acesso às demais considerações caras à questão do desenvolvimento da estratégia militar.

Quando se depara com a estrutura de um manual, o que se espera em geral, é que se encontrem informações sistematizadas apresentando referências das partes (âmbito teórico) e como fazê-las funcionar adequadamente (âmbito prático). No âmbito teórico, mesmo ante a ausência de análises tangenciando os mais diversos conceitos apresentados, o manual de campanha de estratégia apresenta destacável acuidade, ambientando o leitor em relação aos conceitos,

Ano X	Volume X	Nº 20	Janeiro/Junho 2014	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
-------	----------	-------	--------------------	----------------	----------------

modalidades e suas inter-relações. Entretanto, ao chegarmos ao âmbito das aplicações dos diversos conceitos de estratégia apresentados, observa-se novamente o que estes consistem, mas não como ou por que se aplicam determinadas ações. Este recuo do âmbito analítico acaba legando o documento a uma funcionalidade informativa limitada, cujo potencial pode e deveria ser estendido. É neste sentido que o mimetismo com o modelo estrangeiro poderia ser mais bem empregado, e não na assimilação por vezes pouco criteriosa de modelos de emprego de força e alocação de capacidade militar alienígenas ao contexto geopolítico dissuasório que o Estado brasileiro vivencia.

Possivelmente, o equívoco esteja em tolher a capacidade reflexiva de agir de forma interdisciplinar, congregando leigos e especialistas a emitirem pareceres sobre algo que deveria ser comum e se encerra a pequenos círculos, evidenciando a demanda por um fio condutor de natureza metodológica; o já mencionado mimetismo precisa, talvez, ser revisto em prol de emergir uma nova estratégia para o Estado brasileiro na qual a tática e a análise crítica não se divorciem.

Referências Bibliográficas

BIDDLE, Stephen D. *Military Power: Explaining Victory and Defeat in Modern Battle*. Princeton, N.J.; Oxford: Princeton University Press, 2006, 2ªed.

BRASIL. Ministério da Defesa, Exército Brasileiro, Estado-Maior do Exército. Manual de Campanha - Estratégia, 3ª ed., 2001.

Centro de Doutrina do Exército Brasileiro (CDOUTEX). Histórico do Centro de Doutrina do Exército, 3ª Subchefia do Estado Maior do Exército, 2012. Disponível em: <http://www.cdoutex.eb.mil.br>

CLAUSEWITZ, Carl von, Michael Howard, Peter Paret, and Beatrice Heuser. 2006. *On War*. New York: Oxford University Press.

COUTO E SILVA, Golbery. 1981. *Conjuntura Política Nacional: O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio.

CRAIG, Gordon; GILBERT, Felix. Reflections on the Strategy in the Present. In: Paret, Peter; Craig, Gordon; Gilbert, Felix (ed.). *Makers of the Modern Strategy: from Machiavelli to the Nuclear Age*. Princeton: Princeton University Press, 1986.

Ano X	Volume X	Nº 20	Janeiro/Junho 2014	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
-------	----------	-------	--------------------	----------------	----------------

www.revistaintellector.cenegri.org.br

ENGLISH, J.; Gudmunsson, B. L. *On Infantry*. Westport: Prager, 1994.

Flores, Mario. Uma Estratégia para o Brasil. In: Pinto, José Roberto de Almeida, A. J. Ramalho da, Silva, R. Doring Pinho da, Brazil Rocha, Ministério da Defesa, e Secretaria de Estudos e de Cooperação. 2004. *Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil*. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação.

JÚNIOR, Domício Proença, and Érico Esteves Duarte. 2007. "Os Estudos Estratégicos Como Base Reflexiva Da Defesa Nacional." *Rev. Bras. Polít. Int* 50 (1): 29-46.

KEOHANE, Robert; NYE JR, Joseph. *Power & Interdependence*. 4 ed. Longman. 2011.

MATTOS, Carlos de Meira. 2002. *Geopolítica e Modernidade - Geopolítica Brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

MEARSHEIMER, John J. 2001. *The Tragedy of Great Power Politics*. WW Norton & Company.

UNITED STATES OF AMERICA, Headquarters Department of the Army. *The Army – Our Army at War Relevant and Ready Today and Tomorrow*, 2005.

Waltz, Kenneth N. 1979. *Theory of International Relations*. Vol. 27.

CENEGRI
CENTRO DE ESTUDOS EM
GEOPOLÍTICA & RELAÇÕES
INTERNACIONAIS